

VIDAS PRECÁRIAS E LGBTQIFOBIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A NECROPOLÍTICA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Marco José de Oliveira Duarte¹

*"Com muito prazer combato nessa luta,
No corpo.
E naquilo que, além do corpo, garante o seu prazer:
a liberdade"
(Herbert Daniel)*

Introdução

Esse texto é produzido no olho do furacão da crise e da pandemia do coronavírus, somado às atividades acadêmicas que só aumentaram no estilo *home office*, mas escrever sobre as vidas precárias de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e intersexos (LGBTQI+) nesse contexto de pandemia, é mais que um desafio acadêmico, é uma intervenção-militante de afirmação da vida e das sexualidades dissidentes que resistem a todas as formas de discriminação e preconceito, ou a LGBTQIfobia cordial (BENTO, 2015), que se confronta nos espaços públicos e privados da sociabilidade atual.

O objetivo desse artigo é problematizar alguns elementos históricos e contemporâneos que afetam os sujeitos LGBTQI+ que vivem suas dissidências sexuais em confronto com a moral sexual conservadora, frente a calamidade de saúde pública em decorrência da pandemia do coronavírus, também conhecido como COVID-19, que transformou completamente tudo o que pensávamos ser "normal" em nossas vidas até então, mas, para a população LGBTQI+ só se faz a aumentar e agravar suas vidas precárias e vulnerabilidades. Do distanciamento social à quarentena, à ineficácia e ignorância de líderes políticos e governos, à perda e muito mais, o coronavírus trouxe à tona questões críticas que atravessam fronteiras e fronteiras.

Desta forma, no sentido de responder às tais questões, como as perspectivas e implicações para LGBTI+ frente a esse quadro pandêmico e seus efeitos, é que se

¹ Professor Doutor da Faculdade de Serviço Social da UFJF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF e da UERJ. Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq). Bolsista Produtividade do CNPq e membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

propõe esse artigo, no sentido de tratar pensamentos, sentimentos e preocupações para o conjunto de trabalhadores da universidade, docentes e técnicos, como para estudantes e sociedade em geral, e, em particular as pessoas LGBTQI+ acadêmicas ou não.

Dissidências sexuais, vida precárias e necropolítica: reflexões teóricas e políticas

Ao problematizar o conceito de necropolítica, Mbembe (2016 [2018]) se fundamenta na obra de Foucault (2005), para o tratamento do conceito de biopolítica, como também em Agamben (2002), para a análise dos conceitos de estado de exceção e estado de sítio, para sua análise das formas de controle sobre a vida humana na sociedade contemporânea. Com isso, portanto, afirma que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem *pode viver e quem deve morrer*. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2016, p. 123, *grifo nosso*).

Assim, a morte ou a aniquilação do outro não se limita ao corpo, mas na impossibilidade de viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos, com políticas públicas etc. Portanto, é nisso que reside a precarização da vida na sua expressão estrutural e normativa para as condições de vida, trabalho, emprego e renda, saúde, moradia etc.

A necropolítica de Mbembe (2016) também pode ser relacionada ao não reconhecimento dos sujeitos LGBTQI+ como sujeitos de direito. Isso se observa como a cisheteronormatividade compulsória orienta a lógica e o valor moral sexual hegemônico nos espaços institucionais, empresariais, familiares e demais instituições sociais na ordem pública, em uma perspectiva biopolítica com ênfase na invisibilidade ou na rotulação das identidades afetivo-sexuais e no binarismo de sexo-gênero, do nascimento até a morte de LGBTQI+, relegando à essas pessoas, pelo ódio ou aversão (BORRILLO, 2010), o lugar de desumanização, exclusão, violência e morte, sem soma, a expressão da LGBTQIfobia.

A precariedade da vida vincula-se a forma como são vistos e identificados LGBTQI+ como abjetos, que “designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos” (BUTLER, 2019, p. 20), marginais, não reconhecidos em seus

direitos em sua vida nua (AGAMBEN, 2002), essa condição precária (BUTLER, 2015), portanto, é uma política de Estado, politicamente induzida em direção a determinados grupos populacionais descartáveis e invisíveis em seus corpos e vidas impostos pela ordem social do capital, como negros, quilombolas, indígenas, ciganos, favelados e, em particular, em nossa reflexão, para LGBTQI+, “com a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135). Desta forma,

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (BUTLER, 2015, p. 46-47).

Assim, é que LGBTQI+ em geral, mas em particular, as bichas femininas, as sapatões masculinas, as pessoas não-binárias, travestis e transexuais, são cada vez mais inseridas nas relações precárias de trabalho, embarreiradas nos serviços de saúde, excluídas das escolas, expulsas de casa etc., em virtude da discriminação, preconceito e inconformidade face aos padrões hegemônicos binários impostos pelas normas socialmente estabelecidas para os gêneros e sexualidades.

LGBTQIfobia e pandemia: questões críticas

Em todo o mundo, o dia 17 de maio é uma data importante, pois se comemora a retirada da homossexualidade do rol das doenças mentais do Código Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1990. Ano passado, no dia 20 de maio, quase 30 anos depois, a mesma agência internacional retira, da mesma lista, a patologização das identidades transexuais, apesar da lógica da incongruência de gênero.

Esses acontecimentos vêm marcar, junto com o dia mundial do orgulho LGBTQI+, dia 28 de junho, a luta pela cidadania desses sujeitos que tem a marca de suas dissidências sexuais e de gênero no corpo e na vida. Portanto, tanto maio, como junho, a população LGBTQI+ vem a público se manifestar contra todas as formas de discriminação e preconceitos que ainda assolam esses sujeitos, seus corpos e suas vidas, até hoje.

A população LGBTQI+, a partir do seu ativismo, sempre se posicionou de forma crítica, contundente e com várias frentes de luta, na reivindicação de respostas pelo Estado às suas condições de vida, de direitos, de trabalho, de emprego e renda, de políticas públicas em geral, mas, particularmente, para LGBTQI+ em situação de pobreza, desempregados, em situação de rua, em síntese, em vidas precárias e vulneráveis, ainda mais agora, em tempos de coronavírus (COVID-19)

A população LGBTQI+ sempre foi historicamente exposta às violações de direitos, violências e mortes. Exemplar situar, nesse contexto, os marcados por triângulos rosa e preto no nazismo. Assim, neste momento de crises sanitária, econômica, política e social, essas incisões nas vidas e corpos de LGBTQI+ tende a ser mais tensionado. Portanto, a LGBTQIfobia, por ser socialmente construída, vem se expressando radicalmente nas suas mais diversas formas de preconceito, discriminação, estigmatização, intolerância, segregação, isolamento, abandono e desproteção de LGBTQI+.

A existência das dissidências sexuais e de gênero, que marcam os corpos e as vidas de LGBTQI+ que, se por um lado, divergem aos padrões cisheteronormativos impostos pela moral burguesa, por outro lado, são à esses sujeitos impostos padrões cada vez mais vulneráveis e precários nos vários setores e modos da vida social, seja na família, no trabalho, na escola, nos serviços de saúde, etc., e que vem se agravando na falta de leis que possam garantir segurança, direitos e políticas públicas para esta população. É preciso considerar que a LGBTQIfobia tem impactos, riscos e agravos à saúde das pessoas LGBTQI+ que sofrem desse grave e ameaçante ódio estrutural e institucional presente nas esferas governamentais, repercutindo em várias formas de sofrimento e adoecimento mentais (DUARTE, 2017).

Hoje, como a pandemia do coronavírus (COVID-19) tem afetado a todas as pessoas em diversos lugares do mundo, contudo, para as populações marcadas pelas vulnerabilidades e precariedades histórias, sociais e econômicas, como de LGBTQI+, esses sujeitos têm suas vidas e corpos muito mais propensos e com maior probabilidade de entrar em crise, seja ela de que matriz for, social, econômica, trabalhista etc.

Mas se em qualquer crise, conjuntural ou estrutural, como a que estamos, a população LGBTQI é frequente e desproporcionalmente afetada devido as

vulnerabilidades histórico-sociais e políticas, o mesmo acontece agora, pois o mundo ao lutar, apesar das desigualdades sociais e econômicas, contra uma pandemia da COVID-19, contudo, as pessoas mais precárias e vulneráveis, como LGBTQI+ são muito mais afetadas, se interseccionadas com gênero, raça, território, classe etc.

Pesquisas e análises de dados organizada pela *OutRight Action International*², que recentemente divulgou um relatório pioneiro, denominado, *Vulnerabilidade Amplificada: o impacto da pandemia COVID-19 nas pessoas LGBTIQ* (2020), apresenta dados graves sobre os efeitos da pandemia nas pessoas LGBTQI+. A partir de entrevistas que foram realizadas com LGBTQI+ em todas as regiões do mundo, o relatório revela tanto o aumento dos tipos de ameaças que sofrem essas pessoas, como também sobre as medidas de contenção que sujeitos LGBTQI+ são e estão submetidos de forma dolorosa, em comparação com a população em geral, ainda mais a partir de um olhar interseccional sobre esses sujeitos.

O referido relatório apresenta também um aumento, nos últimos meses, nas demandas sociais por parte das organizações LGBTQI+, na medida em que LGBTQI+ experimentam, no quadro das precariedades, segurança alimentar, barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos tipos de violência, típicas do Sul Global, com os requintes de crueldade em seus corpos assassinados. Cabe lembrar que o Brasil ainda lidera as estatísticas mundiais de assassinatos de travestis e transexuais no mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

As demandas e emergências de LGBTQI+ durante a pandemia e na crise capitalista que nos encontramos, analisadas pelo relatório, encontram ainda mais vulnerabilidades e precariedades, o que reforça as desigualdades sociais, quando se leva em consideração os marcadores sociais de diferença, como das ausências de abordagens

2 A *OutRight Action Internacional* fundada em 1990, é uma organização internacional de direitos humanos dedicada a melhorar a vida de pessoas que sofrem discriminação ou abuso com base em sua orientação sexual real ou percebida, identidade ou expressão de gênero. Dedicam-se a fortalecer a capacidade do movimento de direitos humanos LGBTQI+ em todo o mundo para efetivamente conduzir a documentação de violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQI+ e com parceiros em todo o mundo. Desenvolvem atividades junto às Nações Unidas, com status consultivo dessa agência. Recentemente lançou um *Fundo Global de Emergência LGBTIQ da COVID-19* para oferecer recursos financeiros de emergência para organizações LGBTQI+ em todo o mundo que atendem pessoas afetadas pela COVID-19 e apoiam o trabalho da *OutRight* para documentar e responder as situações de crise nas comunidades LGBTQI+.

intersetoriais para esse enfrentamento das crises que estamos, dado pelo Estado em seu mix de neoliberal e conservador para com o conjunto da sociedade brasileira. As comunidades LGBTQI+ estão, sem dúvida, sofrendo, devido ao próprio vírus, mas, mais provavelmente, pelo impacto da pandemia na queda da sobrevivência que estrutura a existência social, econômica e política de LGBTQI+.

O vírus não afeta a todos da mesma forma, é um simulacro do seu efeito democrático (CALMON, 2020), ele afeta em cheio a classe trabalhadora, e, em particular, mulheres e negras. No entanto, cabe uma ressalva, se o quesito raça/cor não é operado na sua forma de notificação integral para coleta de dados sobre os/as usuários/as da saúde, o que dizer sobre os quesitos orientação sexual e identidade de gênero, que tanto a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2011) contribuiu para um melhor desenho para que se possa ter o perfil de nossa população usuária no Sistema Único de Saúde (SUS) e para o enfrentamento das dificuldades em se criar, efetivar e garantir o acesso universal as políticas e programas sociais necessárias a essa população (DUARTE, 2014, ROCON et al., 2020). Portanto, ressalta-se a questão das subnotificações correntes sobre a COVID-19, somadas à essas sinalizadas acima, como a naturalização com que a supressão de direitos em curso pelo Estado brasileiro para o conjunto da sociedade brasileira, que se vê subtraída, e, nesse particular, a fragilidade do recém estatuto de cidadania de LGBTQI+, que enumera as poucas conquistas judicializadas em território nacional.

Desta forma, os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQI+ identificadas no relatório da *OutRight* (2020) são:

- a) Devastação dos meios de subsistência - aumento da segurança alimentar e abrigo da perda de alimentos e queda econômica como resultado da super-representação das pessoas LGBTQI+ no setor informal e ampla diversidade no emprego;
- b) Interrupções no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos cruciais para o HIV, incluindo a PrEP e PEP, exames e tratamentos hormonais do processo transexualizador e relutância em procurar atendimento de saúde devido à discriminação, estigma e recusa de serviços experimentados por LGBTQI+ mesmo em caso de pandemia;

c) Risco elevado de violência doméstica e familiar - uma forma mais prevalente de violência enfrentada por LGBTQI+ no dia-a-dia é aumentada em circunstâncias de bloqueios, toques de coleta e falta de acesso aos serviços de apoio e recursos da comunidade;

d) Isolamento social e aumento da ansiedade, que ainda são mais intensificados por serem excluídos das famílias escolhidas e da comunidade LGBTQI+;

e) Bode expiatório, discriminação social e estigma - há uma história infeliz de LGBTQI+ sendo responsabilizada por emergências, levando a mais estigmatização, marginalização, violência, perigo e morte;

f) Abuso de poder do Estado - repressão, exclusão e criminalização estão em ascensão nos países propensos ao autoritarismo e ideologias regressivas de anti-gênero e anti-LGBTQI+, com alguns Estados que usam do estado de emergência e/ou de calamidade pública para reprimir LGBTQI+;

g) Preocupações com expansão organizacional - ampliando ainda mais os efeitos, estão os impactos nas áreas e espaços da comunidade LGBTQI+, que são uma tábua de salvação para LGBTQI+. Como as organizações que agora enfrentam um futuro incerto com cortes de recursos, os blocos e a necessidade de mudar as atividades on-line, enquanto os pedidos de apoio prático e direto são exibidos.

Em síntese, problematizar a questão das dissidências sexuais, requer um esforço analítico e histórico, indo além das concepções biológicas e naturais, além da ruptura com o conservadorismo que vem se atualizando atualmente. Isso significa levar em consideração que as manifestações do comportamento sexual e suas identidades de gênero estão imbricadas na cultura, nas relações sociais e de poder, uma vez que cada um vai moldando, construindo a sexualidade de maneira distinta, singular e subjetiva e, portanto, na maioria das vezes, contrária ao ditames da ordem burguesa sexual, moral e normativa.

Uma experiência extensionista em curso: a solidariedade como estratégia

Por conta disso, estamos respondendo às necessidades urgentes de LGBTQI+, especialmente, as travestis e mulheres transexuais e dessas, as que são trabalhadoras de

sexo, em situação de rua e que apresentam outras vulnerabilidades sociais associadas na cidade de Juiz de Fora, é que de forma parceira o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+, programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da UFJF, com o Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH) de Juiz de Fora e Território Mata e o Grupo Força Trans lançamos a ***Campanha TranSolidariedade***.

A Campanha se justifica porque no atual cenário da pandemia do coronavírus (COVID-19), frente ao aumento do número de casos confirmados e mortes na maioria das cidades brasileiras, entendemos que era o momento de ampliarmos as ações coletivas com foco na solidariedade para chegar cada vez mais as pessoas que se encontram com múltiplas vulnerabilidades sociais e, em particular, para as travestis e mulheres transexuais que não podem mais trabalhar nas ruas a fim de evitar o contágio, prejudicando seu sustento e sobrevivência.

Desta forma, uma das frentes da Campanha é em relação a arrecadação virtual, para tanto, montamos uma **vaquinha virtual** para apoiar essas trabalhadoras, bem como custear a compra de itens essenciais nesse período, como detergente, álcool 70, cloro, água sanitária, desinfetante, sabão em barra, sabonete, álcool em gel, máscaras etc. Qualquer quantia recebida é de extrema importância. Para tanto, divulgamos o link da campanha: <http://vaka.me/954121> nas redes sociais, em particular, no facebook, no instagram do CeR-LGBTQI+ e outros, salientando que inclusive já se passou a nossa cota mas avaliou-se continuarmos com a campanha virtual.

Para ampliar nossa rede, outra frente é a de **arrecadação de donativos** que está sendo feito de forma presencial na sede do CRDH, à Rua Vitorino Braga, 126 B, bairro Vitorino Braga, das 11h:30m às 14h:30m, de segunda a sexta-feira. Tendo em vista a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas da Faculdade de Serviço Social e na Casa Helenira Preta, onde se localiza o CeR-LGBTQI+, conforme a Resolução CONSU/UFJF N° 10/2020 e sua prorrogação recente (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, de forma conjunta, CeR-LGBTQI+ e CRDH fizeram o **cadastramento** dessas mulheres transexuais e travestis trabalhadoras de sexo para receberem os benefícios arrolados, criando um grupo no WhatsApp e pautando a **orientação sobre os benefícios socioassistenciais governamentais**, desde o cadastro único (Cad-Único), programa de segurança alimentar (PSA) que oferece cesta básica,

programa bolsa família (PBF), benefício de prestação continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bem como o recente Programa de Auxílio Emergencial ao Cidadão (renda emergencial de R\$ 600,00 por pessoa) aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo governo federal. Para todos os benefícios sociais existem critérios de elegibilidade, assim como o da renda emergencial, que essas trabalhadoras de sexo têm direito, sejam como informais ou autônomas ou desempregadas, com renda familiar per capita inferior a 1/2 salário.

Observamos, nesse cenário, o quanto as mesmas encontram-se em desproteção social, fora das políticas sociais, por desconhecerem os benefícios sociais do governo, precarizando ainda mais seus modos de existência, reforçado pela lógica perversa da exclusão e da vulnerabilidade, presente na comunidade LGBTQI+, para os corpos dissidentes da cisheteronormatividade e da moral sexual burguesa.

Essa Campanha é um esforço e uma contribuição de evitamos que essas trabalhadoras adoçam e vão para as ruas, na medida em que elas precisam se protegerem também do coronavírus. A partir de vários esforços individuais e coletivos produzindo uma rede ampla de solidariedade, constituímos em outra frente, também de forma parceira e coletiva, a de **recepção e distribuição de cestas básicas e máscaras de pano** para essas mulheres transexuais e travestis trabalhadoras de sexo em situação de vulnerabilidade social.

Após essas atividades de arrecadação de donativos, cadastramento -tanto no CeR-LGBTQI+ e no CRDH-, orientação sobre os benefícios socioassistenciais governamentais e recepção e distribuição de cestas básicas e máscaras, com exceção para a vaquinha virtual que continua, fomos convidados pelo CRDH, que em parceria com a Fórum 8M de Juiz de Fora e o SINTUFEJUF, que protagonizam a Campanha “Fique em casa, seja solidária(o) - Mulheres em defesa da vida”, de inserirmos esse público de mulheres aos produtos dessa campanha. Na medida em que o público-alvo da referida Campanha são as mulheres, tanto as da comunidade Parque das Águas listadas no Programa Bolsa Família pela Escola Estadual Olavo Costa e, a critério da direção da escola, famílias de estudantes mais carentes, como as que se encontram em situação de rua, incluímos as mulheres trans e travestis cadastradas pelo CRDH, de forma parceira com o CeR-LGBTQI+, para receberem **kits de higiene e limpeza** de forma presencial, tanto os kits da campanha acima, como os kits doados pelo próprio CRDH.

Somado a isso, fomos contactados pela coordenadora do Grupo Mães pela Diversidade, Assistente Social Rosângela Gonzaga, outra parceira do CeR-LGBTQI+, para **recebermos e distribuirmos 27 pares, do número 35 ao 38, de sandálias rasteirinhas**. Diante disso, a proposta foi de entregar os kits e as rasteirinhas juntas, como foi da outra vez, as cestas básicas e as máscaras, para evitar o contato constante frente ao contágio do coronavírus.

Nesse momento de parceira, o CeR-LGBTQI+ e o CRDH, mas coordenado e executado pelo último, tendo em vista ser uma organização social da sociedade civil com cadastro de pessoa física chancelada pelo Instituto de Educação e Cidadania (IEC), elaboramos um **projeto, frente a oportunidade de financiamento** da *OutRight Action International*, que está selecionando projetos para financiar ONGs que trabalham com a população LGBTQI+ durante a pandemia da COVID-19. Dentre os temas financiados, como: a) Serviços de saúde às populações LGBTQI+ impactadas pelo COVID-19; b) Alimentação e moradia para pessoas LGBTQI+ afetadas pelo COVID-19; c) Serviços de emergência para sobreviventes LGBTQI+ de violência doméstica; e d) Organizações que trabalhem com o monitoramento e documentação dos níveis de violência homofóbica e transfóbica em tempos de crise. Contemplamos, em nosso projeto, todos os temas, dada a complexidade que se encontra a população LGBTQI+, e, em particular, as mulheres trans e travestis trabalhadoras de sexo na cidade de Juiz de Fora, mais também a população de mulheres e homens transexuais que é acompanhada no tratamento de hormonização no projeto *TransFormação*, outra parceria entre do CeR-LGBTQI+ e o CRDH, cadastrados e acompanhados no espaço desse.

Em decorrência de toda essa situação fomos convidados, enquanto CeR-LGBTQI+ para compor o **Fórum de Segurança Alimentar para a Erradicação da Fome em Juiz de Fora**, puxado pelo CRDH, composto por diversas representações da sociedade civil organizada que tem por objetivos: a) Estabelecer uma rede unificada de apoio para as questões emergenciais de combate à fome; b) Desenvolver um Grupo de Estudos e Debates afim de atingir um diagnóstico detalhado e atualizado da situação de Segurança Alimentar nos lares juiz-foranos; c) A partir dos dois primeiros objetivos, erradicar a fome na cidade de Juiz de Fora. As tele reuniões através tem acontecido no sentido de organizar o referido Fórum em comissões de trabalho para a gestão e

operacionalização das atividades do mesmo com foco na emergência da segurança alimentar frente a COVID-19.

Considerações finais

Essa análise empreendida nesse artigo tentou levar em consideração o contexto das vulnerabilidades e precariedades das vidas e corpos de LGBTQI+, no geral, e da experiência concreta junto as mulheres transexuais e travestis na cidade de Juiz de Fora. Portanto, se o conjunto da classe trabalhadora é afetada pela crise sanitária, política, econômica e social que afeta o país, e, particularmente, a partir da nova fase da crise estrutural do capitalismo que iniciou em 2008, ampliando a precarização do trabalho em escala global, muito mais se observa com a população LGBTQI+, marcada pelas discriminações, preconceitos e vulnerabilidades, que interseccionalmente com outros marcadores sociais, tem seus ainda mais seus corpos e suas vidas precárias.

A ampliação da precarização, no contexto da redefinição do papel do Estado em momento radical do neoliberalismo, não se limita apenas às condições de trabalho, mas se expande para a diminuição e retrocessos de direitos e das políticas sociais como um todo, o que leva à impactos estruturais na vida e nos corpos dos sujeitos sociais e singulares, e, em particular, de LGBTQI+ e desses, os que são marcados pelas formas de exclusão, discriminação, violência e morte.

Assim, esses desmontes, as crises e a LGBTQIfobia vem estruturar e reforçar a precarização, vulnerabilidade e fragilidade da dita cidadania de LGBTQI+, na medida em que incidem não apenas nos direitos e nas políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora, mas, em especial, no desmonte do reconhecimento, no aniquilamento e na morte das pessoas dissidentes sexuais e de gênero divergente do modelo cisheteronormativo hegemônico imposto nas relações sociais diversas na esfera pública e privada nas sociedades contemporâneas e, em sua totalidade, sustentadas pela lógica do capital.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

- BENEVIDES, B. G., NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BENTO, B. “*Pinkwashing* à brasileira”: do racismo cordial à LGBTTTTfobia cordial. *Revista Cult*, São Paulo, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordial-lgbtttfobia-cordial/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *Resolução CONSU Nº10/2020*. Juiz de Fora: CONSU, UFJF, 2020. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2020/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-10.2020-CONSU.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília (DF)*, 1 de dez. 2011, Seção 1.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.
- _____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. *NAU Social*, Salvador, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.
- DUARTE, M. J. de O. Diversidade sexual e de gênero e saúde mental: Enlaçando políticas e direitos. In: PASSOS, R. G.; COSTA, R. de A.; SILVA, F. G. da (Org.). *Saúde mental e os desafios atuais da atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- _____. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun., 2014.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016. (Recentemente publicado como: MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 editora, 2018)
- OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL. *Vulnerability Amplified: the impact of the COVID-19 pandemic on LGBTIQ people*. New York: OutRight Action International, 2020. Disponível em: <https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign_FINAL_LR_0.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- ROCON, P. C.; WANDEKOKEN, K. D.; BARROS, M. E. B. de; DUARTE, M. J. de O.; SODRÉ, F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde* [on line], Rio de Janeiro, 2020; v. 18, n.1, e0023469.

Agradecimentos e colaboração:

Na parte de sistematização da experiência extensionista do CeR-LGBTQI+, através da **Campanha TranSolidaridade**, presto meus agradecimentos e reconhecimento de compromisso e dedicação às pessoas companheiras acadêmicas, profissionais e do ativismo LGBTQI+ de Juiz de Fora, porque sem essas, a gestão da rede de solidariedade às mulheres transexuais e travestis não se efetivaria como uma possibilidade real e concreta na forma de um trabalho coletivo e parceiro para o enfrentamento dos efeitos da pandemia a essa população por serem reconhecidas como muitas de nós, LGBTQI+. São elas: Alice Prado e Sidney Aurun (Coordenador@s do Grupo Trans), Bruna Rocha (Voluntária especialista colaboradora do CeR-LGBTQI+/UFJF), Brune Coelho (Voluntária doutoranda em Psicologia do CeR-LGBTQI+/UFJF), Dandara Oliveira (Voluntária mestranda em Serviço Social do CeR-LGBTQI+/UFJF), Julio Oliveira (Voluntário especialista colaborador do CeR-LGBTQI+/UFJF e presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB-MG), Maria José Pereira (Psicóloga do CRDH-JF), Sarah Salles (Voluntária especialista colaboradora do CeR-LGBTQI+/UFJF e membra da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG), Xuxu (Artista/Mc e Ativista) e ao conjunto de estudantes de graduação bolsistas e voluntários de Extensão (PROEX), de Treinamento Profissional (PROGRAD) e do PIBIC/CNPq (PROPP) que atuam no CeR-LGBTQI+, DIVERSE e GEDIS/CNPq da FSS/UFJF.